

Discurso - tempo médio de 16 min

Prezados colegas enafitianos, e autoridades presentes,

É com grande honra que me dirijo a todos vocês nesta abertura do 39º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, com o tema "A Auditoria Fiscal do Trabalho na defesa dos direitos fundamentais da classe trabalhadora", que não poderia ser mais oportuno e inspirador.

A temática faz alusão a como nossa atuação, enquanto Auditores-Fiscais do Trabalho, está intrinsecamente ligada à garantia não só dos direitos sociais, mas especialmente à garantia dos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal. O intuito não é dizer que um conceito se sobrepõe ao outro, mas ressaltar que os direitos sociais, que incluem o direito ao trabalho, à previdência social e à assistência, só serão efetivamente garantidos se os direitos fundamentais forem observados, pois sem direito “à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” a pessoa humana não se realiza e, muitas vezes, nem mesmo sobrevive.

E neste contexto, se tivéssemos que explicar, com a maior simplicidade cabível, o que são os Auditores-Fiscais do Trabalho, escolheríamos: agentes da liberdade e promotores da cidadania.

Nos últimos 28 anos, mais de 60 mil trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão no Brasil. Brasileiros e estrangeiros que tiveram seus direitos violados e, muitas vezes, foram submetidos a situações de cárcere e de violência, e mantidos em condições degradantes em fazendas, empresas e domicílios espalhados por toda a extensão do território nacional, do Oiapoque ao Chuí. Para resgatar cada um desses trabalhadores, nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, percorremos longas distâncias e enfrentamos também situações de ameaça e violência por parte de poderosos que se julgam acima da Lei.

O mais traumático episódio na nossa história enquanto categoria, a Chacina de Unaí, que vitimou nossos colegas, Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Lage e Nelson José da Silva e o motorista do Ministério do Trabalho Aílton Pereira de Oliveira parece, enfim, estar próximo a um desfecho definitivo na esfera judicial. Ontem, sábado, o principal mandante, Antério Mânica, entregou-se à polícia, em Brasília. Dois dias antes, na quinta-feira, o intermediário José Alberto de Castro tinha sido preso. As prisões dos mandantes foram determinadas pela Justiça, no dia 12 de setembro. Começamos, enfim, a sentir que a justiça será feita.

Naquele fático dia 28 de janeiro de 2004 esses servidores, representantes do Estado brasileiro, se deslocavam para a

fazenda localizada numa estrada rural que vai de Unaí a Arinos para averiguar a manutenção de trabalhadores em condições análogas à escravidão. Atuavam amparados pela lei, norteados pelos princípios e direitos estabelecidos na nossa Constituição, mas foram interceptados, de maneira brutal. Contra os criminosos, a justiça tardou e falhou com as famílias, com os colegas enlutados e com a sociedade. Mas o legado de Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson, no entanto, perdura e inspira a todos nós a sermos firmes e corajosos.

O ativista indiano, Nobel da Paz, Kailash Satiart, disse certa vez, abre aspas: “Eu me recuso a aceitar que as algemas da escravidão possam ser mais fortes que a busca pela liberdade”. Eu tenho certeza que essa frase ressoa nos corações de cada um dos agentes da liberdade presentes aqui nesta noite.

A vocês, Auditores-Fiscais do Trabalho, que atuaram e atuam incansavelmente no combate ao trabalho infantil, na fiscalização do FGTS, no combate à informalidade, nas fiscalizações de segurança e saúde no trabalho, no combate ao trabalho escravo, na inserção de aprendizes no mercado de trabalho, na inclusão da pessoa com deficiência e na análise de processos, minha homenagem e agradecimento.

Obrigado! Muito obrigado!

A nós, enquanto Sindicato Nacional, cabe a luta pela proteção dos direitos de todos vocês, que estão e ou já estiveram nessas

trincheiras. Tenho alegria em relatar, brevemente, alguns importantes avanços. Um dos mais simbólicos é o resgate do status e das competências da pasta central de Inspeção do Trabalho, que, depois de quatro anos, voltou a ser uma secretaria finalística do nosso sofrido Ministério do Trabalho e Emprego.

No início do ano, retomamos as negociações com o governo para a recomposição do salário-base e de benefícios, defasados pela falta de reposição inflacionária. As tratativas da campanha salarial 2023 resultaram no reajuste de 9% sobre o salário e 43% sobre o auxílio-alimentação, a partir de junho. Também obtivemos êxito na luta histórica pela atualização dos valores das diárias, ainda em 2022. O diálogo prossegue, agora, com foco na reposição salarial para os próximos exercícios e também na restituição de direitos, como o da livre participação em atividades associativas e sindicais, como esta. Preciso, ainda, destacar que temos avançado no debate pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, que versa sobre o direito de greve, negociação coletiva e data-base no serviço público. O decreto que institui o grupo de trabalho que tratará sobre o tema foi assinado no último dia 28 de agosto.

Neste campo de atuação, prosseguem, ainda, os esforços para conclusão do trâmite do decreto que regulamentará o Bônus de Eficiência. Tenho certeza de que, muito em breve, poderemos

celebrar não só edição do decreto, mas o reconhecimento do direito de aposentados e pensionistas à paridade desta parcela. E eu não poderia deixar de destacar e de celebrar junto a vocês a recente autorização do maior concurso da história da Auditoria Fiscal do Trabalho, com 900 vagas. Temos pontuado, em agendas com a equipe do Ministério do Trabalho e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com parlamentares e sociedade civil, a urgência da reposição de pessoal. Esse concurso é essencial para que o Estado reforce seu papel de garantidor dos direitos dos trabalhadores.

Hoje, somos apenas 1931 Auditores para fiscalizar um universo de mais de 100 milhões de trabalhadores, um déficit de quase 50% dos cargos autorizados. O último concurso ocorreu em 2013 com apenas cem vagas, quantidade que não repôs nem o número de Auditores que se aposentou naquele ano. Nesse cenário, houve o crescimento do trabalho escravo e infantil, porque a pobreza e vulnerabilidade dos trabalhadores aumentaram, em razão da precarização do trabalho e da pandemia. Mas a Inspeção do Trabalho diminuiu, quando mais o país precisa dela. E, mesmo tendo em vista essa importante reposição de pessoal já autorizada, ainda estaremos longe do efetivo ideal. Por isso, nossa luta não se findará com a posse dos novos Auditores. Também nesse ponto seguiremos lutando.

Ao fazermos essa retrospectiva dos passos que nos trouxeram até aqui, sentimos uma motivação renovada para seguir adiante. Nossa articulação continua, com o propósito de fortalecer a Inspeção do Trabalho frente ao crescente desafio social, neste contexto pós-pandêmico, marcado pela ampliação da pobreza e pela precarização dos postos de trabalho.

Os novos Auditores-Fiscais do Trabalho, que, muito em breve, teremos o prazer de recepcionar, encontrarão uma casa reconstruída, sobre fortes pilares, e uma carreira também fortalecida, que conta, agora, com condições mais seguras para atuar, especialmente com o estabelecimento dos novos protocolos de segurança e com a regulamentação do porte de arma. Os desafios à frente desses novos servidores serão, na mesma dose, grandes, mas não intransponíveis, pois juntos, como o já provado com o relatado aqui, podemos avançar.

O antropólogo, escritor e educador Darcy Ribeiro disse: “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.” E, nós, pedimos licença a este grande mestre, para parafraseá-lo. Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E, nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, não vamos nos resignar nunca. Vamos continuar a defender os direitos fundamentais da classe trabalhadora com firmeza e compromisso, inspirados pela igualdade, liberdade, segurança e justiça consagrados na Constituição Brasileira.

Para encerrar, gostaria de agradecer aos parlamentares aqui presentes e ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e a toda sua equipe por todo o apoio e esforços empreendidos em prol da classe trabalhadora e da Inspeção do Trabalho do Brasil. Também agradeço a todos que tornaram possível a realização deste Encontro Nacional e de homenagear essa cidade que nos recebe de braços abertos, com a citação de um dos ilustres filhos desta terra, o poeta e escritor Oswald de Andrade. “Como poucos, eu conheci as lutas e as tempestades. Como poucos, eu amei a palavra liberdade e por ela briguei”. Oswald de Andrade volta à nossa programação amanhã, pois a Oficina Cultural que recebe a exposição “Oficina do Suor”, com curadoria do Auditor-Fiscal do Trabalho e fotógrafo, Sérgio Carvalho, leva o nome do escritor.

Que este Encontro Nacional seja um momento de aprendizado, troca de experiências e fortalecimento de nossa unidade em prol da sociedade.

Muito obrigado e que tenhamos pela frente dias produtivos e inspiradores.